



Apoio:



Realização:



# 15º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

12 a 14 de AGOSTO de 2025

PÓS-GRADUAÇÃO  
stricto  
sensu  
cognitumPROGRAMA DE  
Iniciação  
Científica e  
Tecnológica

## A Implementação Jurídica do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) à Luz do Acordo de Paris: Desafios Regulatórios e Inserção no Mercado Internacional de Carbono.

### Autor(es)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Geovana Francielle Bertuzzi Michatoski

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

O Acordo de Paris inaugurou uma nova etapa da governança climática internacional, ao estabelecer mecanismos cooperativos para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Como signatário, o Brasil comprometeu-se com metas progressivas de mitigação, formalizadas por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). No plano interno, a Lei no 12.187/2009 e o Decreto no 11.075/2022 estruturaram a Política Nacional sobre Mudança do Clima, culminando na promulgação da Lei no 15.042/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). O presente trabalho examina os desafios jurídicos e institucionais enfrentados na regulamentação e operacionalização do SBCE, com especial atenção à sua compatibilidade com o Artigo 6 do Acordo de Paris e à inserção do Brasil no mercado internacional de carbono.

### Objetivo

O objetivo principal deste trabalho é analisar os desafios regulatórios, jurídicos e técnicos relacionados à implementação do SBCE à luz das obrigações climáticas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris, com foco nos mecanismos previstos no Artigo 6. Busca-se compreender como a estrutura normativa brasileira pode se alinhar aos padrões internacionais.

### Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com base em revisão bibliográfica e documental de normas nacionais (leis, decretos e regulamentos) e tratados internacionais, como o Acordo de Paris. Analisam-se os dispositivos legais do SBCE e sua articulação com o Sistema Nacional de Redução de Emissões (SINARE). Também são estudadas diretrizes da UNFCCC relacionadas ao Artigo 6, incluindo documentos técnicos sobre ITMOs e o Mecanismo do Artigo 6.4. A metodologia compreende a comparação entre a legislação brasileira e as exigências internacionais para a efetiva participação do Brasil nos mercados de carbono regulados e voluntários, considerando aspectos como adicionalidade, integridade ambiental e transparência.

### Resultados e Discussão

Apesar da criação formal do SBCE, sua implementação enfrenta obstáculos normativos e estruturais. Destacam-



Apoio:



Realização:



# 15º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

12 a 14 de AGOSTO de 2025



PÓS-GRADUAÇÃO  
**stricto  
sensu  
cognitum**



PROGRAMA DE  
Iniciação  
Científica e  
Tecnológica

se a ausência de regulamentação clara do Sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), a necessidade de um Registro Central confiável e transparente, e a definição de critérios metodológicos para os setores regulados. Além disso, a estrutura institucional ainda carece de capacitação técnica e integração eficaz entre os órgãos gestores. No plano internacional, o Brasil ainda não possui mecanismos regulamentados para geração e comercialização de ITMOs, o que limita sua inserção no mercado global de carbono. A operacionalização do novo Mecanismo do Artigo 6.4 também demanda adaptações legislativas, substituindo o antigo MDL. Esses desafios colocam em risco a credibilidade e efetividade do sistema, afetando tanto a segurança jurídica quanto a atratividade do Brasil como player no financiamento climático internacional.

## Conclusão

A consolidação do SBCE requer avanços urgentes na regulamentação e governança climática. É essencial alinhar o sistema às exigências internacionais de integridade ambiental, adicionalidade e transparência. A implementação eficaz do SBCE não apenas fortalece a posição do Brasil nos mercados globais de carbono, mas também representa uma oportunidade estratégica para impulsionar uma economia de baixo carbono e cumprir os compromissos climáticos assumidos.

## Referências

- BRASIL. Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- BRASIL. Decreto no 11.075, de 19 de maio de 2022. Estabelece os procedimentos para elaboração dos planos setoriais.
- BRASIL. Lei no 15.042, de 2024. Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões.
- ACORDO DE PARIS. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC, 2015.
- WORLD BANK. State and Trends of Carbon Pricing 2024.
- IBRAM / GT Clima. Capacitação Técnica sobre o Mercado de Carbono. Sessões 1 e 2. Abr–Mai 2025.
- Apresentações internas.
- VERRA. Verified Carbon Standard. Disponível em: <https://verra.org>.